



Religião, Biodiversidade e Território

Religion, Bio-Diversity and Territory

Pedro A. Ribeiro de Oliveira *

Pensar território não é o mesmo que pensar espaço físico, matematicamente mensurável. Território é em primeiro lugar o espaço de existência de um grupo humano: tribo, povo ou nação que, quando exerce a soberania sobre ele, torna-se Estado. Por extensão, o conceito é também aplicado ao espaço ocupado por alguma espécie animal ou vegetal. A perspectiva da biodiversidade vem tornar aquele conceito mais complexo porque, sendo o mesmo território compartilhado por diferentes espécies, há sempre o risco de uma excluir outra. Entra aqui a Ecologia, que se ocupa do estudo das condições de equilíbrio entre diferentes espécies no mesmo território. Não sem motivos, essa área do conhecimento ganhou importância nas últimas décadas, na medida em que se constatavam muitas ocorrências de perda de biodiversidade. Ao mesmo tempo, porém, que cresce o interesse pela Ecologia, torna-se claro que o tema ultrapassa os seus limites, por colocar em questão a própria concepção de vida na Terra. O desenvolvimento da *consciência planetária* trouxe essa questão para outros campos do saber, da ética, da religião¹. Por isso, foi escolhido como tema de dossiê no presente número de *Horizonte*.

A ocupação de qualquer espaço físico por organismos vivos – humanos ou não – implica disponibilidade de recursos e competição.

* Doutor em Sociologia (Louvaina, Bélgica), professor do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas, pesquisador do ISER-Assessoria, do Centro Fé e Política Dom Hélder Câmara e consultor da CNBB. País de origem: Brasil.
E-mail: pedror.oliveira@uol.com.br.

¹ “Religião e consciência planetária” foi tema de dossiê desta revista em junho de 2009.

No caso da ocupação humana, é muito atual a questão dos territórios indígenas no Brasil. Enquanto as demarcações se davam em regiões distantes dos interesses do mercado, foram feitas conforme prescreve a Constituição (mesmo sofrendo críticas de quem não entende que o território de um povo é definido por sua significação cultural e histórica). O avanço do agronegócio, porém, traz consigo a lógica do mercado que tudo igualiza sob a forma monetária. Para o mercado, território não é mais do que espaço físico, disponível como fonte de recursos que tanto podem ser destinados a manter o modo de vida tradicional de um povo quanto para a produção de bens comerciáveis. Daí a desigual competição entre ruralistas apoiados pelo poder público e povos indígenas quase sozinhos em sua luta pela sociodiversidade.

No caso de outras espécies, é exemplar a experiência feita para estudantes de microbiologia: uma colônia de bactérias posta sobre uma gelatina de nutrientes crescerá cegamente consumindo seus recursos até que a fome cause seu colapso. O potinho com gelatina, um lago com nutrientes inorgânicos, a floresta amazônica, um oceano ou todo o planeta se assemelham no que se refere à finitude de recursos para a vida. Seres vivos da mesma espécie, ainda que formem bandos solidários, competem entre si por um “espaço ao sol”. No sítio onde moro, observo dois grupos de saguis da mesma espécie a brigar para criar fronteiras entre seus territórios e me pergunto como eles definem a pertença ao seu bando, se indivíduos saem do bando para acasalar no outro, e por que não formam um único bando com um território aumentado...

O problema se complexifica ao considerarmos a *biodiversidade*. Sem dúvida, ela enriquece o território: quanto mais espécies convivem e se sustentam mutuamente num território, mais belo ele se torna e maior a probabilidade de sobrevivência para todas elas.

É o que mostra a fascinante história da Terra: depois de um bilhão de anos sem vida, surgiram formas microscópicas e de pouca complexidade, mas outros três bilhões de anos se passaram antes que surgissem os organismos multicelulares; só então deu-se a explosão de biodiversidade dos organismos complexos que nos últimos 500 milhões de anos (equivalentes aos 10 minutos finais de uma partida de

futebol) atravessou cinco períodos de extinção em massa, deles saindo sempre renovada. A Biologia mostra a admirável caminhada dos seres vivos na estrada da evolução: regidos pelas forças de mutação e seleção, eles se multiplicaram e diversificaram de modo a ocuparem cada vez mais o espaço físico e o transformarem em territórios. A variedade de condições do planeta e a passagem do tempo permitiram que esses seres vivos, com a capacidade de se reproduzir, ocupassem os espaços onde se originaram e novos espaços quando mutavam. Ao tomar conhecimento dessa história da Terra – único planeta vivo até hoje conhecido – inevitavelmente aflora a pergunta sobre a força que conduz tal processo.

Richard Dawkins em seus instigantes escritos propõe o conceito de “gene egoísta” para dizer que todo ser vivo é mero meio encontrado por moléculas de DNA para se replicarem. Se temos presente que essas moléculas permanecem imutadas – pois apenas se replicam, não se reproduzem – concluímos que elas não têm vida. *Vida*, como processo que implica nascimento, reprodução e morte (nem sempre crescimento), seria a consequência das estratégias dos genes replicadores para garantirem sua continuidade no tempo e sua ocupação de espaços na Terra. Essa visão tem o mérito de contestar uma concepção ingênua da vida como milagre divino, mas não sacia o desejo humano de perceber a força da beleza no planeta que habita. Se fôssemos – como todas as outras espécies – meros receptáculos de genes replicantes, porque seríamos dotados da capacidade de admirar a beleza do mundo, de nos encantar com o nascimento de um ser vivo, ou de chorar diante da morte?

Esse desejo de beleza e a capacidade de encantar-se e de sentir pedem outro tipo de resposta à pergunta sobre a força condutora do processo da vida da Terra. Sem negar a pertinência e a validade da lógica científica, é preciso buscar também a lógica do *sentido* e aí é preciso recorrer a uma linguagem especializada em *sentido*: a linguagem religiosa.

É evidente que a relação entre religião, território e biodiversidade é uma relação ambivalente quando se trata da complexidade da vida. Basta pensar a importância da religião na sacralização do território de um povo. Por um lado, o mito da “terra prometida” pode legitimar a conquista militar do território de povos

mais vulneráveis – como faz hoje o Estado de Israel com os palestinos – mas por outro lado é o culto aos ancestrais a grande motivação do povo Guarani-Caiowá para lutar pelo território onde estão enterrados seus parentes. O mesmo poderia ser dito da ambivalência da religião ao referir-se à biodiversidade. Quando a religião tem matriz antropocêntrica – como são as religiões abraâmicas – elas desconsideram o direito de outras espécies ao território ocupado pela espécie humana, entendendo que todas elas devem estar sob seu domínio e a seu serviço. Quando, ao contrário, a religião tem matriz biocêntrica – como são as tradições espirituais indoamericanas – ela favorece a relação amigável entre os humanos e indivíduos de outras espécies, como ensina a sabedoria andina do *Bem-viver (Sumak Kawsay)* ao postular que todas são irmãs porque filhas da mesma Mãe-Terra.

Mais importante, porém, do que fazer uma tipologia das relações entre religião e biodiversidade, é elaborar uma ética verdadeiramente planetária capaz de favorecer relações o quanto possível harmoniosas entre a espécie humana e as demais espécies que compõem a grande “comunidade de vida”, como diz a *Carta da Terra*. Esta é, aliás, a lógica que rege a evolução das espécies: a melhor harmonia se dá no equilíbrio dinâmico de ecossistemas mais diversificados.

A capacidade da linguagem religiosa de produzir e transmitir *sentido* para a vida da Terra deve transcender a dimensão estética – louvar a beleza do mundo – e chegar também à dimensão ética: motivar-nos, os humanos, ao cuidado com as demais espécies vivas que conosco partilham o mesmo território global. O nosso planeta só ganhará em beleza e saúde e nós em felicidade, se soubermos realizar nossa vocação de cuidadores do jardim de Deus.